

Seguridade Social e seus desafios

Conselho Nacional de Assistencia Social

Brasília, 08 de maio de 2019

Luciana Jaccoud

Estrutura da Seguridade social no Brasil



A seguridade social tem como objetivo garantir os direitos relacionados com a saúde, a previdência social e a assistência social, ofertando renda e serviços.

Benefícios previdenciários e assistenciais- dezembro 2017

TIPO DE BENEFICIO	Benefícios pagos	%	Valor do benefícios = 1 SM (em %)
RGPS Urbano	20,3 milhões	58,8	41,4
RGPS Rural	9,5 milhões	27,5	98,4
Beneficio Assistencial - BPC	4,7 milhões	13,6	100
TOTAL	34,5 milhões	100	65 %

Fonte- BEPS (2018)
Não inclui os benefícios pagos aos RPPSs

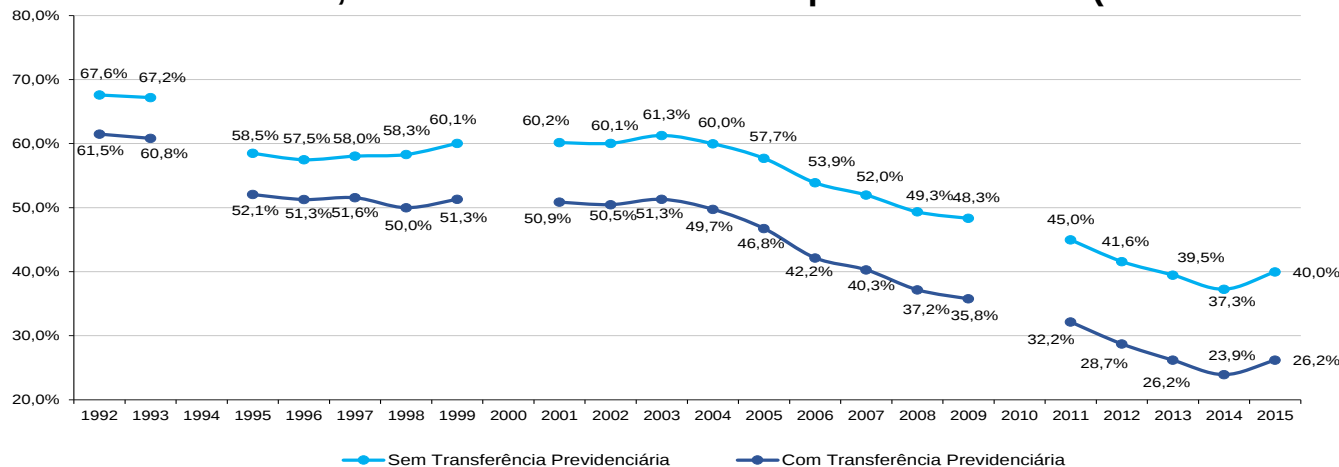
Redução da desigualdade e da pobreza

❑ Percentual de contribuição da previdência social na queda da desigualdade de renda observada entre 2003 e 2012: estima-se em 24%

➤ Relevância da política de valorização do SM.

❑ Contribuição da previdência social na queda da pobreza em 2015: 28,2 milhões de pessoas

Percentual de Pobres, com e sem transferências previdenciárias (Brasil- 1992 a 2015)



Fonte: PNAD/IBGE – Vários anos.

Elaboração: SPREV/MF..

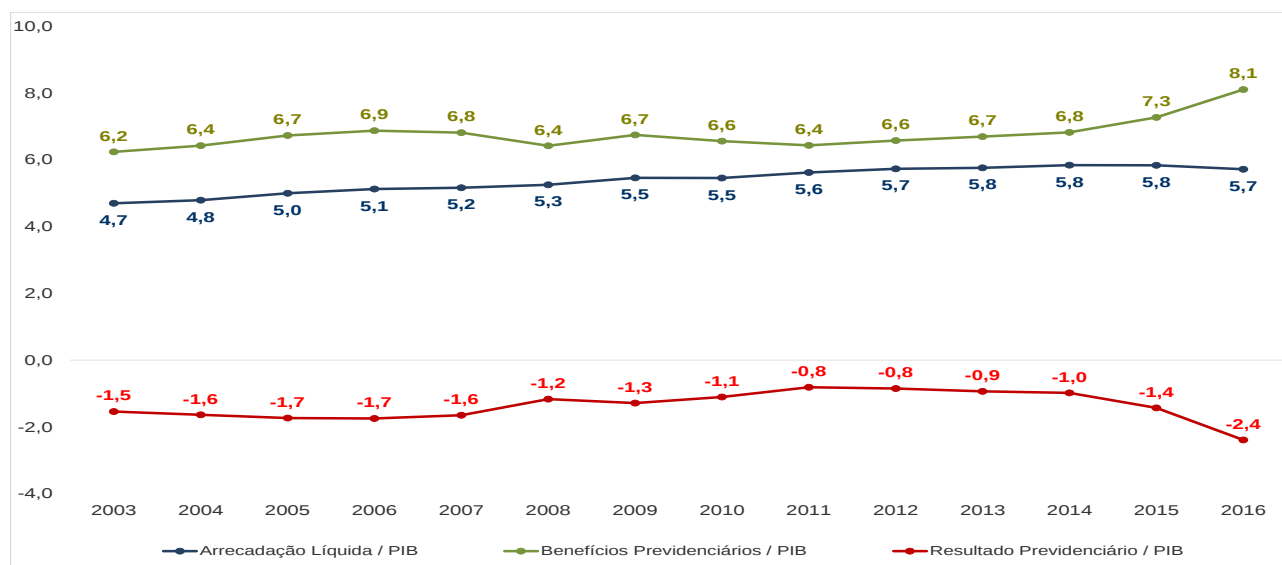
* Linha de Pobreza = $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

SEGURIDADE SOCIAL E IDOSOS

- Os benefícios de Previdência (RGPS urbano e rural) e BPC asseguram renda para 33 milhões de brasileiros;
- **A grande maioria dos idosos brasileiros esta protegida:**
 - ❖ 82% dos idosos recebem benefícios e mais de 90% dos domicílios com idosos;
 - ❖ Cerca de 1% dos idosos em situação de miséria- eram mais de 15% em meados da década de 1990.
 - ❖ Menos de 10 % dos idosos com mais de 65 anos vivem em situação de pobreza -Eram quase metade nos anos 90.
- **65% dos benefícios concedidos possuem valor de até um salário mínimo**

Exigência de solidariedade fiscal

Percentual da arrecadação líquida, despesa previdenciária e déficit em relação ao PIB – (Brasil -2003-2016)

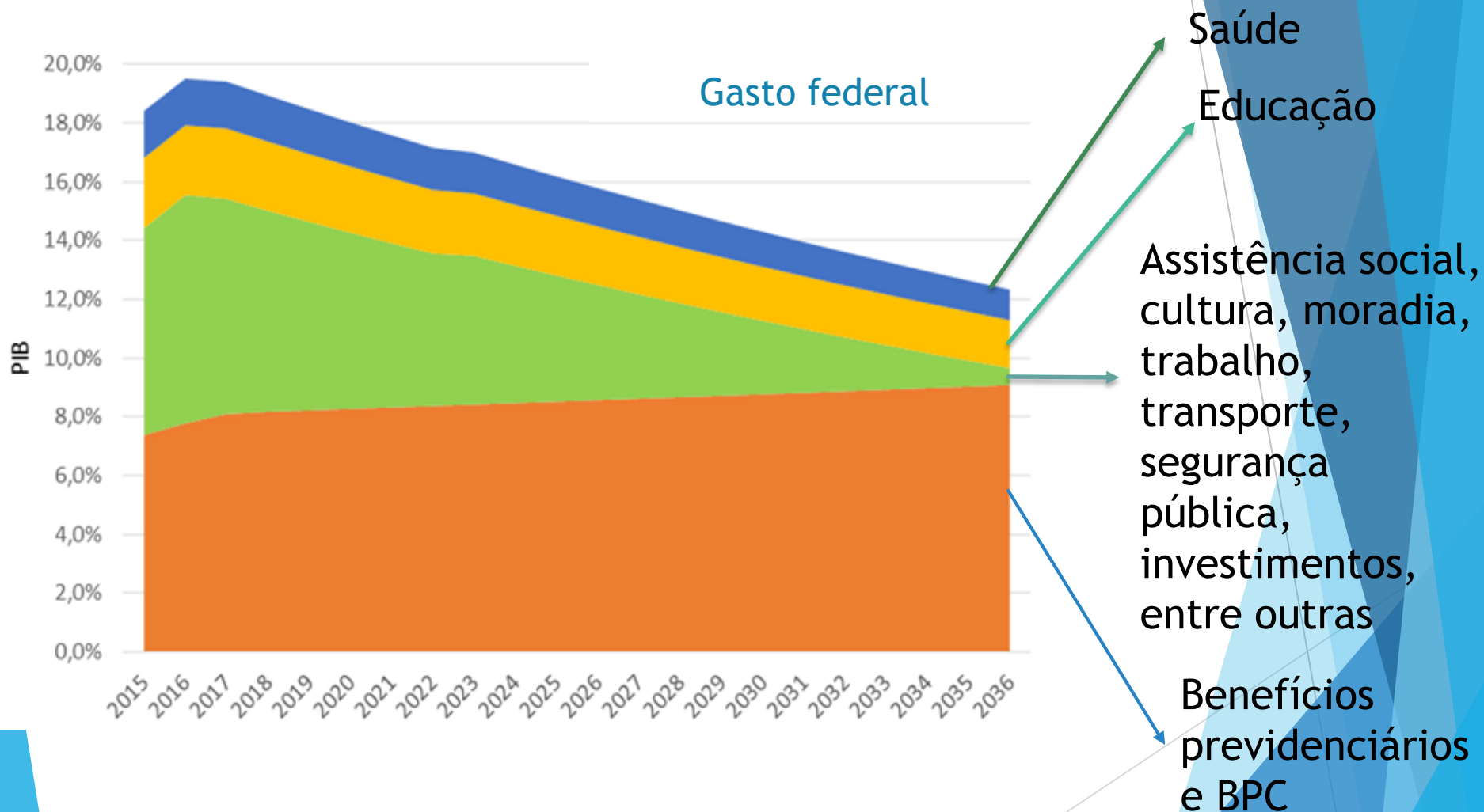


Fonte: INSS
Elaboração: SPREV/MF

CONTEXTO

- ▶ Austeridade fiscal
- ▶ Novo regime Fiscal
- ▶ Aumento da disputa orçamentaria
- ▶ Reforma da seguridade social

Por que será difícil alocar mais recursos no SUAS com a EC 95?



Fonte: Friedrich Ebert; Fórum 21; Plataforma Política Social; GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

Austeridade e retrocesso: finanças públicas e política fiscal no Brasil. São Paulo: 2016. Disponível: <<http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Austeridade-e-Retrocesso.pdf>>. Acesso: 8 nov. 2016.

DESAFIOS

- 1- Gasto com benefícios e serviços socioassistenciais;**
- 2- Coordenação federativa e seus instrumentos**
- 3- Descentralização e desvinculação do orçamento com políticas sociais;**
- 4- Garantia dos direitos sociais**
- 5- Processo e instancias de participação social**

1- GASTO FEDERAL COM ASSISTENCIA SOCIAL

❑ INSTABILIDADE DOS REPASSES E REDUÇÃO DO GASTO FEDERAL

IMPACTOS SOCIAIS:

- Beneficiários do PBF
- Beneficiários do BPC
- Beneficiários dos serviços socioassistenciais

IMPACTOS INSTITUCIONAIS:

- ❑ Quadro de incertezas para a gestão de serviços
- ❑ Desorganização da gestão local
- ❑ Enfraquecimento da coordenação da política nacional
- ❑ Descentralização pela via da atomização e da municipalização
 - município como principal executor da política x município como o único responsável pela oferta

2- COORDENAÇÃO FEDERATIVA E SEUS INSTRUMENTOS

PACTO FEDERATIVO

→ Reconhecendo a interdependência entre os níveis de governo para executar políticas sociais e garantir direitos sociais:

- ☐ Cogestão
- ☐ Cofinanciamento
- ☐ Responsabilidade conjunta face às proteções sociais.

INSTRUMENTOS DA COORDENAÇÃO FEDERATIVA

- ✓ **Estruturas de dialogo e instâncias decisórias**
 - entre União, Estados e municípios - CIT e CNAS,
 - entre Estados e municípios - CIB e CEAS,
 - entre municípios- CMAS.

- ✓ **Estratégias de parcerias e cooperação**
 - ▶ Pactos de aprimoramento da gestão,
 - ▶ Normas operacionais e regulações de ofertas,
 - ▶ Metas de gestão e metas de resultados.

- ✓ **Ferramentas de cooperação intergovernamental**
 - Transferências intergovernamentais de recursos,
 - Planejamento e orçamentos e plano de ação decenal,
 - Sistemas nacionais de informação e de monitoramento,
 - Regulamentações e normativas comuns.

Riscos com o enfraquecimento da coordenação federativa

- fragmentação ou superposição de ações e ineficiências econômicas a nível regional
- comportamentos não cooperativos e predatórios
- perdas de qualidade sistêmica
- ampliação da desigualdade no gasto social entre municípios
- ampliação de desigualdades territoriais
- esvaziamento dos compromissos nacionais em torno de prioridades comuns
- retorno a invisibilidade de grupos e populações mais vulneráveis
- enfraquecimento dos direitos sociais que pressupõe universalidade e uniformidade na oferta.

4- GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS

SERVIÇOS
e
BENEFÍCIOS

SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Os avanços institucionais tiveram impactos positivos na oferta de serviços, com destaque para:

- Normatização dos serviços socioassistenciais: natureza e objetivos das ofertas;
- Instituição de mecanismos automáticos de transferências de recursos fundo a fundo;
- Adoção de critérios de partilha pactuados entre os níveis de governo;
- Ampliação dos recursos para cofinanciamento dos serviços socioassistenciais;
- Fortalecimento da CIT e CIBs;
- Fortalecimento dos Conselhos nos três níveis de governo.
- Ampliação de equipamentos e equipes;
- Aperfeiçoamento da gestão federal, estadual e municipal;
- Provisão de serviços e nos indicadores de cobertura;
- Alcance de objetivos nacionais de ampliação da proteção socioassistencial;

PROTEÇÃO E DESPROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA- 2015

➤ Trabalhadores protegidos - 62 milhões

- ❑ 49,5 milhões de trabalhadores contribuintes do RGPS
- ❑ 5,8 milhões de trabalhadores rurais protegidos pelo Regime Especial de contribuições previdenciárias
- ❑ 6,9 milhões de contribuintes em regimes próprios

➤ Trabalhadores não protegidos - 24 milhões

- ❑ 13 milhões dos trabalhadores tem renda igual ou superior ao salário mínimo;
- ❑ 10 milhões dos trabalhadores não contribuintes com renda inferior ao salário mínimo.
 - trabalhadores por conta própria, domésticos e empregados sem carteira de trabalho assinada.
 - setores como comércio, construção civil, alojamento e alimentação e trabalho doméstico;

REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1- ALTERAÇÕES PROPOSTAS NO REGIME DE REPARTIÇÃO

- ❑ Aumento do tempo de contribuição: de 15 para 20 anos;
- ❑ Tempo de contribuição: 40 anos de alcançar 100% da média salarial;
- ❑ Contribuição mensal para o trabalhador rural- 20 anos de contribuição (R\$ 600,00/ano), independente de condição de safra ou de comercialização;
- ❑ Fim da garantia constitucional do valor real dos benefícios.
- ❑ Várias egras passam a ser reguladas por lei complementar (acesso, arrecadação, fiscalização,...)- desconstitucionalização da previdência social.

Riscos

- Aumento da desproteção: estima-se exclusão de 26% no RGPS urbano (homens) a 44% (mulheres);
- Aumento da desproteção no campo: estima-se exclusão de 60% a 80% no RGPS rural;
- Aumento da pobreza entre os idosos.
- Aumento da desigualdade entre homens e mulheres idosos; entre idosos nas áreas urbana e rural .

REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

2- CRIAÇÃO DO REGIME DE CAPITALIZAÇÃO

- ❑ Regime alternativo do sistema de repartição; de caráter irreversível para quem aderir;
- ❑ Baseado em poupança individual com contribuição definida;
- ❑ Gerido por instituições financeiras.
- ❑ Contribuições patronais deixam de ser obrigatórias no novo sistema (Disposições transitórias- artigo 115, inciso VII)
- ❑ Regras do novo regime serão definidas em lei complementar - desconstitucionalização da previdência social.

Impactos

- ❑ Elimina o componente solidário da previdencia social;
- ❑ 30 países privatizaram total ou parcialmente seus sistemas de previdência social;
- ❑ Essa experiência internacional foi analisada pelo OIT
- ❑ No Chile
 - Somente uma fração muito pequena dos aposentados alcança 50% ou 60% do último salário;
 - 79% das pessoas recebem abaixo do salário mínimo e 44% estão abaixo da linha da pobreza
 - Não afeta somente os mais pobres, que não terão recursos para “capitalizar”: as pessoas

Lições aprendidas com três décadas de privatização de previdência social



- As taxas de cobertura estagnaram ou diminuíram;
- Os níveis de benefícios deterioraram-se;
- A desigualdade de gênero e renda aumentou;
- Os elevados custos de transição criaram enormes pressões fiscais;
- Custos administrativos elevados;
- Deficiências de governação: captura de funções de regulação e supervisão;
- Concentração do sector dos seguros privados;
- Quem mais se beneficiou com a privatização das pensões? O sector financeiro;
- Efeito limitado nos mercados de capitais dos países em desenvolvimento;
- Os riscos do mercado financeiro e demográficos foram transferidos para os indivíduos;
- O diálogo social deteriorou-se.

FONTE: Reversão da privatização da previdência social na Europa Oriental e na América Latina, OIT/

<https://www.usp2030.org/gimi/RessourcePDF.action;jsessionid=IfGISY22gAXs kXnJRusbRUMj-omBG8lLBp7CsjXvnw-fKtdQlp7P!2015759462?id=55496>

REFORMA DO BPC

Proposta:

- ❑ O benefício no valor de um salário mínimo restrito aos idosos com 70 anos (não mais com 65 anos).
- ❑ Criação de um benefício no valor de R\$ 400,00 para os idosos em situação de miséria entre 60 e 69 anos.
- ❑ Criação de um critério adicional de miserabilidade: patrimônio familiar de até R\$ 98 mil.
- ❑ Constitucionalização do BPC- idade de acesso ao benefício no valor de 1 SM

Impactos:

- Empobrecimento da população idosa de 65 a 70 anos-
 - em média, a renda proveniente do BPC representa 79% do orçamento dessas famílias e em 47% dos casos, ela é a única renda da família (Brasil, 2010).
- Menor tempo de benefício: a sobrevivida da população beneficiária, em torno dos 74 anos, é mais baixa que a média da população brasileira.
- Caso aprovado novo critério de miserabilidade:
 - Restrição do acesso ao BPC por idosos e PCD;
 - Piora das condições de vida da população no caso de venda de patrimônio (caso de imóvel de moradia) para posterior demanda do BPC.

Proteção aos idosos por estado- 2015

**Cobertura Previdenciária e Assistencial entre os Idosos por Unidade da Federação
(Brasil - 2015)**



Fonte: PNAD/IBGE – 2015.

Elaboração: SPREV/MF.

*Independente de critério de renda.

Quantidade de benefícios RGPS e BPC

- Municípios por faixa populacional, 2016

Faixa de População	Benefícios Previdenciários				Benefícios Assistenciais ²		Qtde total de benefícios
	Urbano -qtde	%	Rural - qtde	%	Qtde	%	
Até 20 mil hab.	1.472.559,00	28%	3.231.397,00	61%	602.450,00	11%	5.306.406
De 20 a 50 mil hab.	2.336.326,00	36%	3.224.908,00	50%	845.857,00	13%	6.407.091
De 50 a 100 mil hab.	2.211.921,00	50%	1.589.822,00	36%	644.742,00	15%	4.446.485
De 100 a 500 mil hab.	6.037.139,00	73%	1.047.388,00	13%	1.151.186,00	14%	8.235.713
Acima de 500 mil hab.	7.726.734,00	83%	326.222,00	3%	1.307.266,00	14%	9.360.222
Total Geral	19.784.679,00	59%	9.419.737,00	28%	4.551.501,00	13%	33.755.917

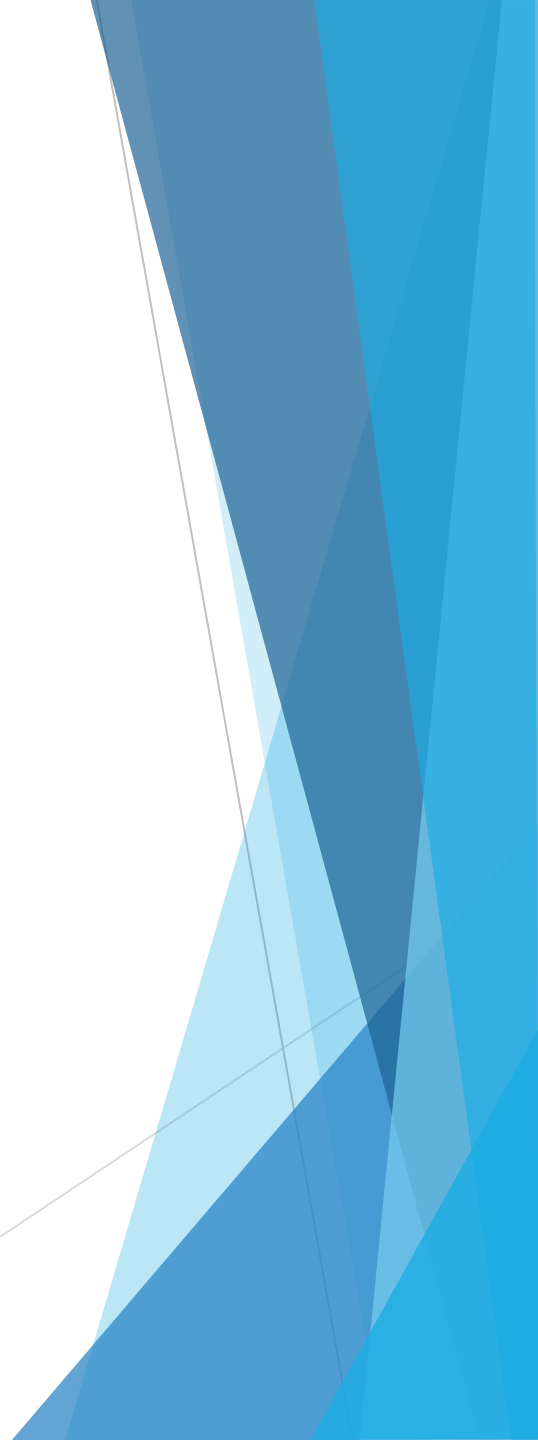
Fonte: SÍNTESE/DATAPREVY para benefícios previdenciários (<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/estatisticas-municipais-2016/>); extração especial solicitada à Secretaria de Previdência/MP em abril de 2017 (para benefícios assistenciais); STN (transferências constitucionais); IBGE (população).
Elaboração: DISOC/IPEA

5- PARTICIPAÇÃO SOCIAL

► Os conselhos e conferências:

- ❖ Qualificam a formulação das políticas públicas com base em prioridades nacionais;
- ❖ Ajudam no estabelecimento de objetivos e estratégias de implementação;
- ❖ Assegura que demandas de populações invisíveis sejam reconhecidos e acolhidos no processo decisório e na implementação;
- ❖ Avaliam o alcance e a efetividade das metas e estratégias previstas;
- ❖ Fiscalizam a garantia de direitos;
- ❖ Fiscalizam a gestão e o repasse dos recursos em função das regras estabelecidas;
- ❖ Contribuem no combate à corrupção.

campanha [#OBrasilPrecisaDeConselho](#)



► Obrigada!